5ª STAL CONFERÊNCIA SINDICAL

25 . SETEMBRO . 2026 TENTÚGAL – COIMBRA

MOÇÃO

50 ANOS DA CONSTITUIÇÃO E DAS PRIMEIRAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

DEFENDER ABRIL. VALORIZAR OS TRABALHADORES. FORTALECER O PODER LOCAL DEMOCRÁTICO

Os 50 anos da Constituição e das primeiras eleições autárquicas livres, a par dos 51 anos do STAL, constituem um momento maior para afirmar os valores de Abril e renovar o compromisso com a defesa dos direitos dos trabalhadores, dos Serviços Públicos e do Poder Local Democrático.

Estas conquistas têm uma origem comum: a Revolução de 25 de Abril de 1974.

Foi Abril que devolveu a liberdade ao povo português, que restituiu a dignidade aos trabalhadores, que abriu caminho à Constituição de 1976, uma das mais avançadas da Europa, que colocou no centro da vida nacional os direitos sociais, económicos, laborais e culturais e consagrou o trabalho como valor estruturante.

A Constituição reconheceu direitos que durante décadas foram negados: o direito ao Trabalho com direitos, à organização sindical, à contratação colectiva, à greve, à Segurança Social pública, ao Serviço Nacional de Saúde, à Escola Pública, à habitação, à cultura, ao desporto e à participação democrática.

Mas a Constituição fez mais.

Instituiu o Poder Local Democrático como uma conquista revolucionária, reconhecendo a autonomia das autarquias locais e atribuindo-lhes uma missão essencial: promover o desenvolvimento, assegurar Serviços Públicos de proximidade, combater as desigualdades territoriais e responder às necessidades das populações.

As primeiras eleições autárquicas – em 12 de Dezembro de 1976 – transformaram esse princípio constitucional numa realidade democrática. Nascia, então, uma Administração Pública local, participada, descentralizada e profundamente ligada às populações.

Ao longo destes 50 anos, o Poder Local Democrático afirmou-se como uma das principais realizações da democracia portuguesa.

A melhoria das condições de vida das populações, a universalização de serviços públicos essenciais, a valorização do espaço público, o desenvolvimento dos territórios e a coesão do País têm um denominador comum: os trabalhadores da Administração Local.

São estes trabalhadores que garantem, com o seu trabalho, todos os dias, a limpeza urbana, o abastecimento de água, o saneamento, a Protecção Civil, o Desporto, a Educação, a Cultura, a Acção Social, os espaços verdes, a manutenção dos equipamentos públicos, os cemitérios, a fiscalização, a mobilidade e tantos outros serviços sem os quais não existe qualidade de vida nem democracia de proximidade.

E sem trabalhadores valorizados não existe Poder Local Democrático!

Também a história deste meio século não pode ser escrita sem o STAL. Fundado em 24 de Agosto de 1976, no ambiente libertador criado pela Revolução de Abril, o STAL tornou-se uma das organizações sindicais mais importantes do País e uma referência incontornável do sindicalismo de classe.

Ao longo de 51 anos, organizou milhares de trabalhadores; promoveu numerosas greves, manifestações e acções reivindicativas; negociou direitos, conquistou carreiras, defendeu salários, combateu a precariedade, impulsionou a contratação colectiva através dos ACEP, lutou pela criação do Suplemento de Penosidade e Insalubridade, enfrentou privatizações, defendeu a gestão pública da água, dos resíduos e dos serviços municipais, e afirmou sempre que os Serviços Públicos pertencem às populações e não aos interesses económicos.

A história do STAL confunde-se com a história da valorização dos trabalhadores da Administração Local e da defesa do Poder Local Democrático. Mas as conquistas de Abril nunca estiveram definitivamente garantidas.

5ª STAL CONFERÊNCIA SINDICAL

25 . SETEMBRO . 2026 TENTÚGAL – COIMBRA

Durante as últimas décadas foram muitas as tentativas para reduzir direitos laborais e enfraquecer a contratação colectiva – como a tentativa de imposição (estrondosamente derrotada) do "pacote laboral" é exemplificativa –; desvalorizar salários, profissões e carreiras; privatizar Serviços Públicos; limitar a autonomia das Autarquias; e transformar direitos sociais em oportunidades de negócio.
Hoje, as forças políticas de direita e de extrema-direita, conjuntamente com o patronato, pretendem rever ou esvaziar princípios fundamentais da Constituição, diminuir as Funções Sociais do Estado, reduzir a intervenção pública e colocar os interesses privados acima do interesse colectivo.
Perante estes desafios, a resposta só pode ser uma: mais organização, mais unidade e mais luta!
Defender a Constituição significa exigir o seu cumprimento; valorizar os trabalhadores da Administração Local; recuperar o poder de compra perdido, aumentando significativamente salários e pensões. Significa combater todas as formas de precariedade; reforçar os "mapas de pessoal", investir nos Serviços Públicos; respeitar a autonomia financeira e administrativa das Autarquias; e aprofundar o Poder Local Democrático como uma das principais conquistas de Abril.
Neste contexto, a tentativa de pôr fim à eleição directa das Câmaras Municipais, permitindo a criação de executivos municipais homogéneos, constituiria um novo factor de empobrecimento da vida política, uma drástica redução dos mecanismos de fiscalização e um rude golpe na transparência da gestão de muitas das autarquias. Não há maior governabilidade onde há menos pluralismo, nem maior proximidade democrática quando se limita a capacidade dos eleitores de escolherem, através do seu voto, aqueles que devem participar e fiscalizar a gestão do município. Defender o Poder Local Democrático é, também, defender a sua pluralidade, a transparência da gestão e o direito das populações a uma efectiva representação.
Os trabalhadores do sector da Administração Local sabem, por experiência própria, que nenhum direito foi oferecido. As férias pagas para todos, as 35 horas, a contratação colectiva, a Segurança Social pública, as profissões e as carreiras, a protecção na doença, a saúde e segurança no trabalho, o Suplemento de Penosidade e Insalubridade e tantas outras conquistas nasceram da organização e firme unidade dos trabalhadores e da luta sindical. É essa herança que importa honrar. É essa responsabilidade que hoje assumimos perante as novas gerações.

Assim, a 5ª Conferência Sindical:

- Saúda os 50 anos da Constituição da República Portuguesa e das primeiras eleições autárquicas como expressões maiores da Revolução de Abril;
- Reafirma a defesa intransigente da Constituição e dos valores nela consagrados;
- Exige a valorização dos trabalhadores da Administração Local, através do aumento dos salários, da recuperação integral do poder de compra, da valorização das carreiras e profissões, da eliminação da precariedade e do reforço dos efectivos;
- Defende um Poder Local Democrático representativo, próximo e participado, e dotado dos meios financeiros, técnicos e humanos necessários para responder às necessidades das populações;
- Rejeita e combate todas as tentativas de privatização de Serviços Públicos essenciais, de enfraquecimento da autonomia local e de limitação dos direitos dos trabalhadores;
- Afirma o compromisso de fortalecer a organização sindical e o STAL como instrumentos fundamentais para conquistar novos direitos e defender as conquistas de Abril.

Defender a Constituição é defender os trabalhadores, o Poder Local Democrático e as populações.
Defender o STAL é fortalecer a organização colectiva de quem todos os dias constrói os Serviços Públicos locais.

Cinco décadas depois, a Constituição continua a apontar o caminho. Cinco décadas depois, Abril continua a viver na luta dos trabalhadores. Cinco décadas depois, o STAL mantém-se, intransigentemente, na primeira linha da defesa dos direitos e dos interesses dos trabalhadores da Administração Local e do sector empresarial.

A 5ª Conferência Sindical
Tentúgal, 25 de Setembro de 2026